



Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 169ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Antonio Facci e Trajano Bastos

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Matos Leão, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes 44; achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Mauricio Fruet, Dácio Leonel, Domicio Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Lineu Turra e Luiz Alberto Oliveira (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, respaldado pelo plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Marina Macedo Kujawa, em data de hoje, nesta Capital.

A extinta era pessoa de largas amizades em Curitiba de membro de tradicional família paranaense, irmã do Deputado Federal Norton Macedo. Exercia cargo de confiança na Secretaria do Bem Estar Social do Paraná.

Requer outrossim, que da deliberação seja dada ciência à família enlutada e ao esposo Dr. Henryk Kujawa.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o plenário, seja inserido em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar

pelo falecimento do Sr. ROLANDO FRAHM, ocorrido no último dia 27.

Pessoa radicada há muitos anos nesta Capital, tendo prestado grandes e relevantes serviços à Comunidade Evangélica e Colégio Martinus, o que lhe grangeou grande número de amigos e admiradores de seu trabalho naquela comunidade.

Requer outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste requerimento, com endereço à Rua Maestro Francisco Antonelo, 2966 - Vila Fani, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido dia 26 próximo passado, na cidade do Rio de Janeiro, do ex-Deputado Estadual DJALMA ROCHA ALCHUEYR.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer à V. Exa., após ouvido o Douto plenário, se digne encaminhar ofício ao Exmo. Sr. Dr. FRANCISCO BORSARI NETTO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de solicitar-lhe sejam determinadas vistorias e posteriores reformas e construção de salas de aula para 1º e 2º graus, na sede do distrito de SANTA LÚCIA, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Ocorre que, apesar de vários apelos da população e até mesmo das autoridades municipais, o estabelecimento onde funciona o denominado "Ginásio e Primário", não é suficiente para permitir escolaridade a todos os alunos que desejam instrução ali ministrada. A falta de mais algumas salas de aula está levando a população a fazer uso de um velho e já perigoso pavilhão da Igreja Católica, para suprir a lamentável deficiência, que é uma constante na região Oeste do Paraná.

As três turmas que se servem de horários noturnos são prejudicadas por falta de energia elétrica, cuja ordem deve vir da Realeza, através da COPEL, e que segundo informações está oferecendo obstáculos.

Carteiras e material escolar, livros, cadernos, etc., estão a exigir uma vistoria e socorro da Pasta de Educação e Cultura, bem como uma rudimentar cancha de educação física e prática de esportes, que é o mínimo desejável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

régimentais, requer a S. Exa., após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a seguinte sugestão:

1 - QUE, seja determinada à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, a instalação imediata e prioritária do Serviço Telefônico no município de Cândido de Abreu.

2 - QUE, distante de Ponta Grossa (187 quilômetros) sem estradas razoáveis, Cândido de Abreu não possui nenhum sistema de comunicação com os centros maiores do Estado.

3 - QUE, o ingresso de Cândido de Abreu na Era do Progresso e da Tecnologia, se impõe por ser um município que trabalha pelo desenvolvimento do Paraná, sem receber praticamente nada como recompensa.

JUSTIFICATIVA:

Não se concebe que em pleno Século XX, quando a TELEPAR leva o sistema de Discagem Direta à Distância e apregoa sua liderança nacional na área da comunicação, um município de porte de CÂNDIDO DE ABREU continue vivendo em plena Era Pré-Histórica no setor das Comunicações, sem sequer, um serviço rádio-telegráfico ou uma cabine telefônica possua.

Uma das ações prioritárias do Governo diz respeito à segurança das populações do Estado e é este o objetivo do nosso apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pois Cândido de Abreu em períodos de chuva, como os que vivemos na última semana, ficou completamente isolada do mundo, com a segurança da população comprometida pela falta de possibilidade de qualquer comunicação.

Estou encaminhando este requerimento, atendendo ao apelo de líderes daquele município, como é o exemplo do ilustre Sr. Claudir Evangelista Cupertino, que há muitos anos trabalha pelo progresso de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em de setembro de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 131/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o LAR ELIM CANAÃ, da cidade de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 29 de setembro de 1975

a) ROSÁRIO PITELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Lar Elim Canaã, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Cornélio Procopio, à rua João Cabral de Madeiros, número 52.

A sociedade que se pretende declarar de utilidade pública nesta oportunidade, através de um trabalho intenso e bem orientado, vem abrigando dentro de suas possibilidades, velhinhos, indigentes e órgãos, dando-lhes total assistência. Desde sua fundação a quase dez anos, vem a referida sociedade prestando relevantes serviços aos necessitados, razão pela qual a Câmara Municipal de Cornélio Procopio já a reconheceu de utilidade pública, pela Lei nº 747, de 12 de outubro de 1972.

Assim, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos pares, esperando merecer a indispensável apoio.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): "O Cristianismo constituiu-se em marco fundamental para a humanidade, principalmente na afirmação e valorização da pessoa humana. A fraternidade pregada pelo evangelho, e a igualdade de todos, são os dois fundamentos basilares que mudaram os rumos da História e constituíram a nova era.

A inovação implantada pelo cristianismo ao longo dos séculos superior a sabedoria grega e os expostentes intelectuais da filosofia política de quem herdamos o primeiro conceito de democracia, superou, mediante contribuição efetiva, a doutrina dos romanos no que diz respeito aos governantes e especialmente na conceituação da autoridade que no decurso dos séculos foi-se moldando. Teve participação concreta na abolição da escravidão, em que um homem subjuga o seu semelhante, ou quando minorias dominam legiões inteiras.

A doutrina cristã, cuja história beira vinte séculos, ainda não foi posta em prática em grande parte dos povos do globo terrestre. É de lastimar que nações inteiras não aprenderam ou não quiseram aprender as lições de que todos os homens são irmãos. O orgulho e talvez a "Vontade de Poder" preferiam entrar em outras formas ou regimes de governo. Implantou-se, e porque não dizer, para combater os princípios do cristianismo, uma nova forma de opressão e de escravidão entre povos e nações deste século vinte. Milhões de pessoas vivem hoje sob o domínio de regimes que sufocam a consciência dos povos de alguns países da Europa e Ásia, em nome de um materialismo, em nome de um utópico "Paraíso Terrestre".

Presenciamos entristecidos os acontecimentos que se processam em Portugal, a pátria mãe do Brasil. O caos ali imperante, os rumos são incertos, o futuro é negro. Ali uma minoria segundo nos informam que Constitui os 10 por cento da população num desvário pretendeu levar aquele País ao comunismo. Não se consumou o intento porque, graças a Deus, acordou a tradicional consciência dos nossos irmãos portugueses e embora ainda a situação seja caótica parece que não vingará.

Estes fatos repetem-se em povos da África, onde em nome de uma doutrina fundada sobre a matéria, busca-se impor por meio de lutas sangrentas, guerra fratricida, guerrilhas que não poupam inocentes e crianças, somente para fazer sua vontade, escravizar não à moda antiga, mas mediante lavagens cerebrais, pressões, prepotência e especialmente pela promessa ilusória do que tudo será de todos, sem desigualdades, sem classes, sem, distinção, o que na verdade se quer é despojar a todos nos bens materiais e espirituais. E tornar todos escravos do partido e do Governo.

A tudo isto deram um novo nome, pomposo, cativante, atraente e por isso mesmo leva muitos a ilusão: auto-determinação dos povos. Entendemos que os povos têm o direito de organizar a sua vida política e administrativa, mas desde que seja feita com consciência e com verdadeira liberdade, para que se forme essa consciência e com verdadeira liberdade. Para que se forme, o primeiro passo é a educação, para que se forme um Estado de verdadeira liberdade, o caminho jamais pode ser através da imposição pela força de idéias e rumos a uma nação.

Não me coloco contra a auto-determinação, mas revolto-me contra a desfiguração que se faz dela, impõem-se pela propaganda, pelo treinamento, pela ilusão, pela compra de consciências mercenárias, pela mentira, a liberdade de legiões de pobres de analfabetos, de criaturas que deveriam ser ajudadas e jamais subjugadas. Essa forma de proceder não é auto-determinação, mas moderna forma do expansionismo totalitário. Do comunismo.

O Brasil, graças a visão de seus filhos mais ilustres das esferas civis e militares, num momento difícil, livrou-se das garras dessa macabra escravidão de nossos tempos. Através dos Go-

vernos, vem caminhando seguro para o seu grandioso destino.

Afirma-se no presente graças ao lema: Desenvolvimento e segurança. As constantes reafirmações do Presidente da República nos garantem que os rumos estão certos: buscamos desenvolver o país, dar oportunidade a todos, mas jamais abdicar da preservação de nossas tradições e da nossa liberdade. A reafirmação de luta contra a subversão e corrupção do Presidente da República na Convenção da Arena nos traz alento e conforto de que os inimigos da pátria e do povo não encontrarão guarida em nosso território. Somos de formação cristã e cremos que só os princípios do cristianismo constituem a verdadeira libertação, do analfabetismo, da pobreza, e são os únicos princípios de uma verdadeira autodeterminação.

Muito obrigado”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Honrou-nos sobremaneira os pronunciamentos feitos na Câmara Federal pelos Deputados Antonio Anibelli e Norton Macedo, a respeito do discurso que proferimos desta tribuna, há três ou quatro semanas, aproximadamente. Discurso em que focamos o plano rodoviário dos Estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, em detrimento ao nosso, do Paraná, com respeito à pavimentação de estradas a um plano secundário em que o nosso Estado era posto pelo Governo Federal.

O Deputado Anibelli pediu permissão na Câmara Federal para ler todo nosso pronunciamento, que foi publicado no “Jornal de Brasília”.

O Deputado Norton Macedo fez comentários, dizendo que o nosso pronunciamento não tinha sido, como realmente não foi, rebatido, porque nossas afirmativas eram irrefutáveis.

Razão pela qual, sentimo-nos envaidecidos com estes dois Deputados, um de nosso partido, e outro do partido situacionista, que elogiaram o nosso pronunciamento.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos alertar as nossas autoridades, principalmente o Delegado de de Costumes, Dr. Douglas Akim, e o fazemos verbalmente para, posteriormente, através de expediente que será endereçado à Mesa, para que os Srs. Deputados possam apreciar.

É com respeito a uma arapuca que existe na Rua Mauá, 54, onde um pastor que se diz praticar milagres, ilude os incautos de nossa cidade, tomando dinheiro da gente humilde que ocorre àquele local.

É um verdadeiro acinte ao povo de nossa Cidade que se deixa iludir por aquele pastor. E o Delegado de Costumes, Douglas Akim, deverá tomar providências para evitar que esse mal que está grassando aqui em Curitiba, evitando, assim, uma série de problemas decorrentes desse fato.

Queremos alertar aquele ilustres Delegado e pedir que ponha um paradeiro às idéias daquele pastor que está amealhando fortuna à custa deste povo infeliz.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo a tribuna, nesta oportunidade, apenas para fazer constar dos Anais da Casa, sugestões feitas por nós, como Deputados e como serventuários da Justiça ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, fazendo algumas considerações e solicitando algumas modificações no projeto de Organização Judiciária do Estado:

(Lendo): “1 — Ao artigo 137 —

Os Serventuários da Justiça serão nomeados, mediante concurso de provas e títulos, por ato do Governador do Estado.

§ 1º — O concurso será determinado pelo Presidente do Tribunal da Justiça, em decorrência de solicitação do Juiz de

Direito, Diretor do Fórum da Comarca, após a declaração da vacância e TER DECORRIDO O PRAZO DE REMOÇÃO CONSTANTE DO ARTIGO 144 OU SEREM OS MESMOS INDEFERIDOS.

§ 2º — O concurso...

§ 3º — As nomeações obedecerão rigorosamente a ordem da classificação; em igualdade de condições, terão preferência os remanescentes dos cargos de Oficiais, Escreventes Juramentados os servidores com maior tempo de serviço prestado à Justiça.

§ 4º — O Regimento Interno proverá a forma de inscrição e realização do concurso.

JUSTIFICATIVA:

Visam as presentes sugestões, amparar os remanescentes dos cargos de Oficiais Maiores, Escreventes Juramentados e os servidores com maior tempo de serviço prestados à Justiça, tendo em vista a extinção dos referidos cargos, e entendemos de justiça seja consagrado em nosso Código Judiciário o amparo a tantos serventuários que, muitos casos têm uma vida inteira dedicada a serviço da Justiça.

Ao artigo 143:

A remoção far-se-á ...

I — Os titulares...

II — Os titulares...

III — Os titulares de ofícios que acumulam funções de igual natureza, da mesma Comarca.

IV — Os titulares de ofícios diversos da mesma Comarca.

V — Os titulares de ofícios diversos, de outras Comarcas.

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão, visa assegurar ao titular de Cartório (Serventias) Distritais, o direito de, vagando Cartório na sede da Comarca em que servem, e desde que titulares de ofícios de igual natureza de outras Comarcas não venham pleitear a remoção, fique consagrado no novo Código, o direito líquido e certo de referidos titulares distritais. Acreditamos também ser de Justiça que se consagre referido direito.

OUTRAS SUGESTÕES

a) elevar de 20 (vinte) para (trinta) dias, o prazo de Edital convocando os interessados à remoção (artigo 144).

b) Acrescentar parágrafo ao artigo 177 com a seguinte redação:

“Para o preenchimento das vagas decorrentes da criação de novas Comarcas, varas e ofícios, serão observados o disposto nos artigos 137, 143 e 144 e seus parágrafos”.

c) Ter como limite máximo, 120.000 (cento e vinte mil) habitantes, para cada Cartório de Protestos de Títulos, nas Comarcas de Entrância Intermediária.

JUSTIFICATIVAS:

O prazo de trinta (30) dias, seria o suficiente para que os Serventuários do interior tomassem conhecimento dos editais e providenciassem a documentação necessária a fim de requerer remoções.

O parágrafo a acrescentar no artigo 177, visa assegurar que, no preenchimento de vagas decorrentes dos novos ofícios a serem criados com a nova Divisão Judiciária, os Serventuários mais antigos, tenham seu direito também consagrado no novo Código.

A fixação de limite máximo para cada Cartório de protestos de títulos, visa disciplinar a criação de cartórios desta natureza, nas mesmas proporções habitacionais da Comarca da Capital, que, sendo criados mais 4 (quatro) cartórios, ficará com a média populacional acima preconizada para as Comarcas de Entrância Intermediária.

Obs.: Os artigos citados nas sugestões, são os constantes no projeto em estudo.

Deputado Antonio Facci”.

Sr. Presidente, para apresentar estas sugestões, nós recorremos a estudos na Organização e Divisão Jurídica do Rio Grande

do Sul, e também a consultas feitas ao Serviço do Judiciário do Interior, que têm nos procurado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quarto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lendo):

“É com viva satisfação que registro neste momento e desta tribuna, e ao mesmo tempo quero apresentar a Sua Excelência, o Sr. Ministro Antonio Azeredo da Silveira, da Pasta de Relações Exteriores, o meu mais entusiástico aplauso pelo seu discurso proferido na Sessão Ordinária Geral das Nações Unidas, saudando o ingresso de mais 9 países da língua portuguesa, na sua Organização.

O nosso chanceler proferiu oração que bem mostra o acerto de sua escolha para tão alta quanto árdua função.

Realmente, no amplo estudo que fez do trabalho das Nações Unidas, não esqueceu o Sr. Ministro ângulo algum, principalmente mostrando o papel relevante que esse Organismo Mundial vem realizando em prol da paz, da prosperidade e dos direitos humanos. Não esqueceu o orador, do campo econômico, hoje de rara importância no desenvolvimento mundial, como também abordou a área da saúde. Com sua autoridade, apontou os céuticos, e usando de franqueza, arma que lhe é peculiar, teve o cuidado de não se estender em elogios descabidos, mostrando inclusive que não seria negar fracassos possíveis. Afirmou Sua Excelência:

“Não negamos a realidade de reconhecer que as Nações Unidas não foram capazes de realizar os altos objetivos que lhes foram conferidos em questões fundamentais como a manutenção da paz e da segurança internacional e a criação de uma ordem econômica internacional mais equânime”.

Nesse diapasão, profundamente sério, o Sr. Ministro completou sua análise dizendo que “Não devemos sucumbir à tentação quantitativa de medir o desempenho das Nações Unidas apenas segundo a aritmética das decisões implementadas, dos problemas resolvidos, dos objetivos atingidos. Sua influência é mais sutil e difusa. Cabe avaliá-la em função das tendências que imprime ou da direção que indica a comunidade internacional. Sua oração se fez, também através das idéias, as quais, historicamente têm constituído muitas vezes, um agente do que outros, como o poder, a quem se rendem mais frequentes homenagens”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha certeza de que com esse pronunciamento que honra a diplomacia brasileira, mais uma vez dentro do âmbito internacional, o Brasil concorre com sua parcela para deixar claro e seguro a sua posição na Assembléia Geral das Nações Unidas, a quem, também, nesta oportunidade, estendo a minha admiração pelo transcurso de seus 30 anos de atividade e pelo trabalho realizado em prol da paz mundial”.

Era o registro que cabia fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, quinto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos ocupar a tribuna na sessão de amanhã, para registrar alguns aspectos referentes à Igreja Pentecostal Deus e Amor, que ultimamente vem sofrendo alguns ataques, no tocante à obra que realiza. Tendo, entretanto, nesta tarde, o nobre Deputado Nelson Buffara, depreciativamente destacado no seu pronunciamento o trabalho que vem sendo realizado em Curitiba pelo Missionário David Miranda e qualificado aquela organização de “arapuça”, embora não pertencente àquela entidade religiosa, secreto-me na obrigação de apontar alguns elementos para conhecimento do Sr. Deputado e da Casa com relação àquela dedicado evangelista.

No ano de 1961 iniciou o Missionário David Miranda, na cidade de São Paulo, movimento religioso que recebeu a deno-

minação de Igreja Pentecostal Deus e Amor. Desde então aquele homem, com a Igreja devidamente registrada, vem operando nos diversos bairros da Capital Paulista e em outras cidades do Brasil, pregando, notadamente pelo rádio, a mensagem de que a fé pode realizar verdadeiros milagres.

Chegou ele com essa sua pregação, à cidade de Curitiba, e em algum tempo, reunindo oferendas dos próprios fiéis e simpatizantes daqui e com recursos da cidade de São Paulo, adquiriu uma propriedade com o bojetivo de construir um templo à Rua Mauá, 595.

Alguns moradores do local entretanto, logo levantaram oposição. Diziam “temos estádio de futebol aqui, temos uma outra Igreja cristã e agora uma terceira, para trazer maior movimentação de gente ainda, na nossa região”? E ponderaram junto às autoridades de modo especial ao Delegado de Costumes, Prefeitura Municipal, para evitar que a Igreja ali se estabelecesse. Porém, como a Constituição Federal assegura o direito de culto a todas as correntes religiosas, não tiveram sucesso em seus objetivos. Prosseguiram contudo atacando a Igreja, criticando o Pastor culpando-o de estar interessado em recursos materiais. É verdade que a Igreja arrecada, como todas as Igrejas, como todas as entidades o fazem.

Restaria saber se os recursos estão sendo aplicados nos fins estatutários. E, assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos cientes do que está ocorrendo. A contabilidade é rigorosamente feita e a Delegacia do Imposto de Renda está recebendo os relatórios. Portanto, se alguém eventualmente se achar lesado no tocante a entrega de valores poderá solicitar maiores esclarecimentos.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos aconselhado alguns integrantes daquela comunidade religiosa, a construir logo o seu templo para que haja maior comodidade por parte dos frequentadores e minimizado o ruído alegado por alguns vizinhos do imóvel.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado que está esgotado o tempo que dispunha, porém concedo mais um minuto para que possa terminar seu pronunciamento.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Obrigado, Sr. Presidente, Temos dado essa sugestão e sabemos que a Igreja está tomando providências, e dentro de, no máximo, quinze dias, começará a construção do templo, empregando os recursos que para isso estão sendo arrecadados. Devemos esclarecer ainda que nenhuma contribuição financeira recebeu quer do Estado ou quer da Prefeitura Municipal. O trabalho é custeado totalmente pelos fiéis e integrantes da comunidade em número de quase vinte mil na capital do Estado de São Paulo. — (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta Legislatura fizemos sentir ao Governo instituído da necessidade imediata da implantação das obras da pista dupla da estrada que liga Ponta Grossa a Curitiba.

Alguns Deputados, entre eles, o Deputado Alfredo Gulin, também fizeram com que o Governo do Estado sentisse a necessidade de que essa obra deveria ser iniciada, como realmente, o foi há poucos meses passados.

Junto a inúmeros apelos e inúmeras solicitações que foram feitas por este Deputado e por outros Srs. Deputados que representam nosso Estado nesta Casa, como os colegas David Federmann e Jurandir Messias, juntaram-se os apelos e solicitações, dos Srs. Prefeitos da micro região que compõe a região dos Campos Gerais, no sentido da necessidade carente da implantação na nossa fundação universitária do Curso de Engenharia Agrônômica. Fizemos com S. Exa. o ex-Governador do Estado do Paraná,

hoje atual Presidente do Banco do Estado, Dr. Emílio Gomes, uma reunião com os 14 Srs. Prefeitos de toda esta região, com o Presidente da Câmara da cidade de Ponta Grossa, com os Vereadores daquela cidade, com o Presidente de quase todas as Cooperativas daquela região e entregamos ao ex-Governador um memorial solicitando tão somente o passamento do acervo do Colégio Agrícola, Augusto Ribas, patrimônio este abandonado pelo Governo do Estado do Paraná, que está sendo corroído pelo tempo e que está sendo desprezado pela administração, mas que faz uma carência premente à Fundação Universitária de minha cidade, para implantação deste nosso curso. Passou o Governo Emílio Gomes, ascendeu ao cargo mais alto deste Estado o cidadão Jayme Canet Junior imbuído dos maiores e melhores propósitos para com o Paraná e com a Região dos Campos Gerais.

Novamente esta mesma comitiva esteve no Palácio Iguaçu, pedindo a implantação do Curso de Engenharia Agrônômica na Princeza dos Campos. Fomos prontamente atendidos e estabelecidas todas as ponderações e S. Exa. atual Governador, pediu uma carência de tempo para que houvesse viabilidade do estudo do passamento daquele acervo ao patrimônio a incorporar à Fundação Universitária de Ponta Grossa. Passando o tempo estabelecido pelo próprio Governo do Estado, Jayme Canet Jr., estivemos novamente com a mesma comitiva em contato com S. Exa. o Sr. Governador e mais uma vez aquele mais alto mandatário deste Estado fazia sentir ao Prefeito de Ponta Grossa, fazia sentir ao Prefeito de nossa região, aos Deputados, que já nesta oportunidade, além de Jurandir Messias, David Federmann, o prestígio também de um outro ilustre companheiro desta Casa, que se fazia presente naquela região, Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima. Sentíamos na ocasião que o atual Governador do Estado tinha e tem as maiores considerações porque, realmente, a região dos Campos Gerais, é grande carente da implantação deste curso, por ser, conforme dados estatísticos, uma das regiões mais eminentemente agrícola deste Estado, que contribui com grande parcela dos produtos oriundos do cultivo da região dos Campos Gerais. Qual foi a razão que até o dia de hoje não tivemos ainda o respaldo além da palavra, o respaldo de termos nesta Casa Mensagem Governamental para decretar a nossa Fundação Universitária, aquele Patrimônio que lá está e até faria um convite aos Srs. para que constatem realmente a palavra daqueles 14 Srs. Prefeitos, dos 180 mil pontagrossenses da região dos Campos Gerais que quer conservar o patrimônio que é nosso, do Estado, que é dos Srs. Deputados, da Família do Paraná, que é do Governador, que está sendo desleixada, corroída pelo tempo. A Fundação quer tão somente a conservação dada a dinheiro público que lá está sendo desgastado. Queríamos, ao iniciar esta nossa premissa do nosso pronunciamento nesta Casa, fazer sentir aos Srs. Deputados, que todas as coisas da nossa região, somam, para que realmente Ponta Grossa seja beneficiada com aquilo que deve ter as atenções deste governo, representado, além das palavras do Sr. Governador por um ato decente de mandar a esta Casa, uma mensagem pela qual passa o Colégio Augusto Ribas para o acervo da Fundação Universitária de Ponta Grossa. Mas o que nos faz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a usar a palavra na tarde de hoje, é fazer referência ao orçamento plurianual que o Dr. Jayme Prosdócimo nos fez entrega, através da sua presença nesta Casa e do diálogo com os Srs. Deputados.

Atendendo aquilo que realmente é o que vale o mandato de parlamentar, atendendo aquilo que é a vivência de cada um dos Srs. desta Casa, como uma das maiores atribuições dos parlamentares, é com referência ao orçamento a ser aprovado pelas Câmaras Municipais, pelas Assembléias deste País, pela Câmara, pelo Senado da República. Sabemos perfeitamente bem, temos uma longa vivência de Vereador de seis ou sete anos em Ponta Grossa, e nós tivemos a satisfação de ter sempre em nossas mãos, estudando, as propostas orçamentárias dos governos, sejam eles municipais, naquela ocasião nas mãos do Governo Estadual. E passem os Srs. Deputados, folheando este Orçamento Plurianual

constatamos de que as regiões dos Campos Gerais, representada pela Fundação Universitária de Ponta Grossa, representada por aquilo que é mais digno neste País, que é uma administração pela qual serve de exemplo a esta nacionalidade, temos um ativo e um passivo que demonstra realmente, que Ponta Grossa teve mais cuidado, na escolha de seus Reitores, do que as outras duas fundações deste Estado. Temos lá em Ponta Grossa na ex-administração do Reitor Álvaro da Cunha Rocha, uma demonstração de alguém com o objetivo voltado para a educação, criou cursos que realmente se identificaram com os princípios da resolução de um Estado, e não fizeram além dos seus quadros, além das suas medidas, outros extras como tem o exemplo hoje, ou ontem relatados nesta Casa.

Alertado pelo meu princípio decente de fazer política, cheguei à minha cidade e convidei para uma reunião, S. Exa. o Prefeito Municipal Amadeu Puppi, convidei S. Exa. o Presidente da Câmara de minha cidade, convidei o ilustre Deputado desta Casa que representa minha cidade, David Federmann, convidei o Presidente de meu Partido, representado pela liderança da Câmara Municipal, Presidente da ARENA, para que juntos, em nome da comunidade de Campos Gerais fizéssemos as reivindicações necessárias.

Estamos terminando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma emenda pela qual iremos mostrar a este Paraná, que o atual Governador está imbuído dos melhores propósitos.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, através de um pedido ao comitê da Imprensa de nosso Estado, que nunca nos faltou, que de publicidade a este nosso apelo, para que, desta vez esse Governo que aí se instituiu, tenha honestidade de propósitos, dando a todos os quadrantes do Paraná, aquilo que, realmente, lhes é devido.

Acredito que essa comissão que elaborou o Orçamento tinha ou teve, alguma predestinação de levar ao Norte aquilo que devido ao Sul. Porque, acreditamos que a nossa região merece, como todas as demais regiões, a atenção do Estado.

O SR. NELSON BUFFAR A— V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Nobre Deputado, V. Exa. se tem revelado, nesta Casa, um dos expoentes máximos de nossa legislatura, jamais se cansa e jamais se cansará, de defender as causas justas do Estado. E essa causa que V. Exa. defende hoje reputamos justíssima.

Condições sobejas tem V. Exa. de provar que Ponta Grossa foi preterida em relação a Maringá e Londrina. E em se tratando de uma diferenciação feita com a cidade que V. Exa. representa, espero que seus reclamos sejam ouvidos pelo Sr. Governador. Imagino que S. Exa., ao tomar conhecimento do fato, procurará fazer com que Ponta Grossa receba participação idêntica a das demais Fundações.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do nobre Deputado Nelson Buffara, que sempre que nós assumimos à tribuna em defesa do nosso Estado, S. Exa. sempre traz seu referendium e, acima de tudo, sua participação efetiva na solução dos casos aqui apresentados.

Mas queríamos ainda para complementar nosso pensamento somando-se os 3 anos de 76, 77 e 78, das 3 fundações estaduais, e os 3 anos de Ponta Grossa, não dá um ano de Londrina. Aí uma diferenciação que caracteriza um ato que fica no bom senso de cada um dos Senhores.

Iniciou na última sexta-feira, os 20º Jogos Estudantis da Primavera, jogos esses, inicialmente patrocinados pela Faculdade de Filosofia extinto Diretório Dr. Joaquim de Paula Xavier. Nesta semana serão realizados, serão desenvolvidos, em Ponta Grossa uma das maiores competições estudantis do Estado, onde estão congregadas quase a totalidade das cidades circunvizinhas, outras cidades do Estado, como também representações de outros estados desta confederação. Isto tudo se traduz na presença de quase 3 mil atletas em Ponta Grossa, dando uma demonstração de que a nossa competição esportiva tem maior promoção que os

próprios Jogos Abertos do Paraná, patrocinados pelo Governo deste mesmo Estado.

O SR. BASILIO ZANUSSO — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Desejo apenas concluir o meu raciocínio.

Esse número de atletas e esse número de cidades significa que, realmente, Ponta Grossa merece, além das atenções no sentido do aprimoramento físico-cultural, a construção de um centro esportivo.

Tem o aparte o Sr. Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASILIO ZANUSSO — Não é surpresa para esta Casa V. Exa. assumir a tribuna para falar sobre um assunto que é de interesse do Paraná.

Inicialmente V. Exa. fez referência a reivindicações de V. Exa. nesta Casa ao Governo do Estado, no sentido de que se dê melhores condições de tráfego ao trecho que liga Curitiba-Ponta Grossa que quer nos parecer tem tido a preocupação prioritária do Governador do Estado, e neste sentido, já determinara ele, as providências necessárias para dar solução, de vez, dentro do menor prazo possível, V. Exa. deteve-se sob os recursos verificados orçamento, para o exercício de 76, ou plural, em que, as verbas destinadas à Fundação da Universidade de Ponta Grossa não digo são em valores menores do que as destinadas às fundações de Londrina e Maringá. Nós compreendemos a apreensão de V. Exa. e nos irmanamos à reivindicação que V. Exa. faz, na defesa da sua cidade e região, tão importantes para o Paraná.

O Governo do Estado, imbuído da melhor intenção em fazer um Governo acima de tudo com justiça além do dinamismo que ele emprega, haverá de atender as palavras de V. Exa. e, como bem disse desta tribuna, que, se irmanem neste movimento reivindicatório da sua cidade, os dois partidos políticos, pela representação que tem nesta Casa, alé de representações clásticas e dos professores daquela cidade.

O único objetivo pelo que pedi aparte a V. Exa., era, pedir que V. Exa. não faça um prejulgamento da decisão do Sr. Governador do Estado, como também de S. Exa. o Sr. Secretário da Educação. Quero crer — é entendimento meu — que S. Exa. o Sr. Governador do Estado e o Sr. Secretário da Educação haverão de dar atendimento a esta reivindicação de V. Exa., e da vasta região de Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do caro colega Basílio Zanusso.

O SR. JURANDIR MESSIAS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Luiz Carlos Zuk, não é surpresa absolutamente para esta Casa, quando V. Exa. usa da tribuna e faz pronunciamento de tamanha envergadura. Absolutamente não quero entrar no mérito do aparte do Deputado Fidelcino Tolentino, quando dizia o ilustre Deputado de Cascavel que, a situação da Educação do Estado do Paraná é caótica. Eu vejo o setor da Educação no Estado do Paraná, com bastante otimismo, no contrário do Deputado Fidelcino Tolentino que sempre usa e abusa, nos seus pronunciamentos e nos seus apartes a esta Casa, do pessimismo. O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu aparte será pequeno e breve.

Queria tomar a liberdade, em contra partida, de esclarecer um ponto que o Deputado Jurandir Messias não parece ser muito feliz, ao dizer que uso e abuso da tribuna. Lamentavelmente, se é um julgamento de minha tribuna, não vejo porque este deputado possa invocar este vocábulo "uso e abuso". Se tenho usado a tribuna é porque o povo me deferiu esta oportunidade, de trazer, pelo menos as reivindicações que eles, este povo, está na expectativa. Quanto ao "abuso", eu tenho na minha sinonímia uma interpretação diversa da de V. Exa. Quanto ao pessimismo, não tenho razão suficiente pra declarar esta interpretação. Quando venho à tribuna pra tratar de coisa séria, lamentavelmente parece que V. Exa. não conhece a minha região, cujos problemas e

posso provar, está lá no orçamento consignado na prova que o próprio Governador está fazendo, pelo próprio orçamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do Deputado

Jurandir Messias e agora do Sr. Deputado Tolentino e queria que esta Casa, os Srs. Deputados, sentissem de que Ponta Grossa, a Princesa dos Campos Gerais, nos governos passados, a linha de conduta do Governo fosse desviada de outros quadrantes deste Estado e sempre a nossa princesa dos Campos fosse desatendida naquilo que se fazia necessário, e que se faz carente, como isto que nós estamos pleiteando, que é um pouco, uma melhor atenção deste próprio Governo, para com a região dos Campos Gerais.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

É louvável a atitude de V. Exa. quando vem a esta tribuna em em defesa da cidade de Ponta Grossa, ou melhor dizendo, em defesa da Universidade de Ponta Grossa. Nós, que acompanhamos o pronunciamento de V. Exa. achamos que o Governo sempre pensa em termos de Paraná e todos nós nesta Casa, como V. Exa. principalmente quando se trata do setor de ensino, que interessa a todos nós, é intenção do Governo atender Londrina, atender Ponta Grossa, atender Maringá. Creio que deve ter havido um critério de ajuda a cada uma destas Universidades. Deve ser levado em consideração os cursos das aulas de medicina que tem uma diferença das de Direito. Eu creio que tudo isto, se for feito a justificativa, há uma disparidade do que foi concedido a Ponta Grossa, a Londrina e a Maringá, temos participação, estamos aqui todos para fiscalizar, para que se faça cumprir e se faça justiça. Se numa justificativa, ficar demonstrado que há assim uma disparidade, V. Exa. terá o apoio não só nosso mas também do Governo.

Era o aparte.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Agradeço o aparte do ilustre Deputado Gilberto Carvalho, e pedirei permissão ao Sr. Presidente e Srs. Deputados para apresentar uma Emenda para fazer com que o remanejamento de verba seja feito neste orçamento.

Irei ter com a data vênica dos Srs., mais oportunidade desta tribuna se faz presente. Porque acredito de que esta Casa, apresentando aquilo que é mais útil, e aquilo que é de justiça à nossa atuação, estará dando uma amostra e S. Exa. o Governador ainda maior, uma amostra de que seu governo está voltado realmente a uma justiça, de critério na sua administração, e que se erros existirem que sejam corrigidos para o bem estar da educação deste Estado que merece uma das maiores e uma das melhores atenções do Governo instituído.

De antemão asseguro aos Srs. que foi alguém que não teve a consideração com as outras universidades, incorporando agora Maringá, dotando tão somente Londrina com maiores atenções do Governo através de maior dotações orçamentárias, Muito obrigado — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho, segundo orador inscrito.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O artigo 26 da Lei Orgânica dos Partidos dos Políticos, de 1971, proíbe expressamente o Presidente da República, o Governador do Estado e o Prefeito Municipal, de exercerem funções executivas nos Diretórios Partidários. A preocupação do legislador foi a de evitar a coação, ou mesmo a simples ascendência de autoridade estranha ao Partido, sobre os demais membros do Diretório e sobre o eleitor em geral. Tais preceitos constam do "Boletim Informativo", editado pelo Ministério do Interior, nº 21, pág. 42, do SERFRAU.

Por outro lado, o Código Eleitoral estabelece no artigo 240 que "A propaganda de candidatos a cargos eletivos somente é permitida após a respectiva escolha pela convenção", e, no artigo 87, que "somente podem concorrer às eleições candidatos regis-

trados por partidos", porém - "Nenhum Registro será Admitido fora do período de 6 meses antes da eleição" (art. 87 e parágrafo).

É conclusivo, pois, que o processo eleitoral tem início com a escolha dos candidatos e a abertura da campanha.

É de causar espécie, portanto, que o Sr. Governador Jayme Canet, segundo o noticiário distribuído à imprensa, "ao inaugurar a nova sede da Arena em Maringá", tenha efeito uma "convocação a todos os paranaenses no sentido de que encarem "como permanente o processo político-eleitoral, que não se esgota "no tempo, nem nos seus objetivos", afirmando S. Exa.: "O Processo Eleitoral como o processo político, não tem início nem fim. Por isso peço a cada um que oriente sua ação a partir desta realidade: Estamos em Permanente Campanha Eleitoral".

Nem o próprio Presidente Geisel foi tão longe e se arriscou a emitir conceitos tão vulneráveis, que colocam a figura do eminente Governador de modo a não inspirar o tom de seriedade que todos esperam sejam revestidos os seus atos. Seriedade e austeridade, é do que precisa o Paraná em tão difícil fase e com um futuro ainda mais difícil pela frente, para a sua vida sócio-econômica.

Não se avulta como um despropósito que alguém se mantenha em permanente campanha para eleger seu Prefeito e seus Vereadores cujos mandatos são de 4 anos?

A Oposição, pois, que pela sua Bancada tem se dedicado ao estudo das mensagens governamentais com a mais alta isenção, a ponto de haver debatido os problemas dos Projetos "Emopar" e "Orçamentos", com 5 ilustres Secretários de Estado, numa mesma semana, não pode esconder seu desapontamento ante atitudes tão desconexas. Não ocultamos também nossa apreensão pelo que poderá acontecer com o desdobramento de tais premissas e o completo envolvimento da administração estadual em favor de interesses partidários, o que seria um descalabro.

Nosso partido deve se sentir exultante em saber que a Arena se propõe, agora, a abraçar, também, a grande causa da restauração do Estado de Direito em nossa Pátria, desde o princípio inserida no programa do MDB, tornando-se a mesma a causa comum de ambos, e, porque não dizer, do povo brasileiro.

É preciso, entretanto, que o Sr. Governador do Paraná compreenda que falar na importância da lei no Estado de Direito pode até se constituir em redundância, dado que aquele se caracteriza fundamentalmente "pela sujeição de tudo e todos à lei, conforme o princípio de que ninguém está obrigado a fazer, ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".

Deve ficar claro, ainda, que a bancada do MDB nesta Casa não abandonará a sua linha de conduta de oposição consciente, na análise dos interesses do povo. Não nos atiraremos numa luta extemporânea e desenfreada. A vida partidária deve se vivida pelos Partidos e por quem legitimamente os representa.

Usaremos, entretanto, de todos os recursos legais, ao nosso alcance, visando as condições ideais de plena garantia ao eleitorado para o exercício do voto livre e direto e a fim de se virem punidos, na forma da lei, aqueles que venham a se servir de meios eleitorais ilícitos.

Parece-nos conclusivo que, sem Governo e Oposição conscientes dos designios da lei como expressão sagrada da vontade do Povo, longe estaremos do regime verdadeiramente democrático, solidamente estruturado e infenso às investidas ditatoriais de qualquer tipo.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Estimado Deputado Muggiati Filho, toda esta Casa sabe que V. Exa. é um estudioso competente, capaz, responsável e até certo ponto admirado por todos nós por essa qualidade.

O SR. MUGGIATI FILHO - Obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - No que diz respeito ao pronunciamento do Governador em Maringá, me causou estranheza o pronunciamento de V. Exa. na qualidade de líder da bancada

da oposição. Porque na oportunidade eu me encontrava em Maringá. E S. Exa. o Sr. Governador do Estado, conhecendo os arenistas de Maringá, conclamou-se a se irmanarem, visando o fortalecimento do partido, tendo em vista as próximas eleições de 76. Não quis o Sr. Governador, nem de longe, ferir a lei, nem indicou candidatos, nem nomes e o acontecimento da inauguração do Posto Eleitoral, foi na oportunidade em que o Governador se encontrava em Maringá para inaugurar a TV Cultura, Canal 8, daquela cidade. Daí entendimento meu de que o MDB, partido da Oposição, deveria receber bem as palavras do Sr. Governador, porque ele está disposto a um jogo aberto e franco, na convocação de seus companheiros para as eleições que se ferirão em 76 e 78.

Assim sendo o aparte que pedi a V. Exa. foi para dizer que o Governador do Estado não pretendeu, nem de longe, ferir preceito legal naquela oportunidade, ao convocar, como Governador do Estado, como líder que é do nosso Partido, e assim nós entendemos que é chefe do Partido a que pertencemos. Arena, a todos que nos irmanemos, para que juntos façamos uma força maior objetivando as eleições de 76.

Apenas este registro e agradeço o aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO - V. Exa. tem sempre me distinguido com apartes os mais coerentes possíveis.

Por isto, acredito na boa intenção sempre das palavras de V. Exa. Mas, devo acrescentar, nobre Deputado, que nenhuma palavra aqui foi por mim repetida e atribuída ao Sr. Governador do Estado, que não tivesse sido publicada por toda a imprensa do Paraná. A nota, pelo que se observa na confrontação de todos os jornais, deve ter partido de sua própria assessoria de imprensa porque são iguais todas elas em sua redação.

E, devo dizer a V. Exa. que o episódio não pode ser encarado isoladamente. Há dias, há bem poucos dias, até o próprio Presidente da República teve um pronunciamento estranhado não só por elementos da oposição, mas pela crítica dos órgãos os mais diversos, da imprensa especializada, da imprensa que se dedica à vida política de nosso País.

O SR. IVO THOMAZONI - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Muggiati, no instante em que V. Exa., como líder coerente que é do MDB posiciona a bancada face ao episódio originado com a fala do Sr. Governador por ocasião da inauguração da sede da Arena no município de Maringá, não poderia deixar, eminente Deputado, de dizer que V. Exa., realmente, tem sabido, nesta Casa, conduzir a bancada de forma a fortalecer o diálogo, sempre altamente positivo em favor das soluções dos problemas paranaenses.

No episódio de Maringá, permita-me eminente Deputado, quero discordar de V. Exa. quando assegura que o Governador do Estado fere princípios e também dispositivos legais ao pretender, segundo V. Exa., concitar os seus companheiros para se unirem em torno dos princípios da Arena, partido do qual S. Exa. o Governador é filiado e militante - e procurar, desta união, a dinamização de uma campanha que, eu quero crer, pretenda o Governador seja tão somente a de esclarecimento e conscientização dos companheiros, para a pugna eleitoral que se avizinha, no ano que vem.

O que pretende o Governador do Estado e é mérito seu, é um direito que lhe assiste também, é pretender a união do partido e através dessa união, o fortalecimento do partido ao qual ele pertence e que tem, tanto quanto nós, o dever até de fazê-lo mais pujante, mais forte e em condições de se sagrar vitorioso nas eleições do ano que vem.

Quero crer que o Deputado Basílio Zanusso posicionou bem a nossa bancada, face ao episódio.

O SR. PRESIDENTE - Comunico ao nobre orador, que lhe restam apenas 2 minutos para a conclusão.

O SR. MUGGIATI FILHO - Agradeço a informação, Sr. Presi-

dente e gostaria de dispor de mais tempo para poder inclusive exemplificar com fatos ocorridos em Maringá que, as afirmações honestamente prestadas pelo eminente líder do Governo nesta Casa, no aparte com que me honrou, não parecem traduzir a realidade.

Todos nós sabemos que a chefia de um partido político exige a dedicação integral de quem a ela se dedica, e mais, ninguém nega ao Sr. Governador do Estado que exerça a política partidária, mas que o faça na forma da lei e sem prejudicar os interesses do Estado.

Muito obrigado. , pelo tempo além do regulamentar.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A mesa tem a honra e o prazer de assinalar a presença em nosso plenário dos Srs. Álvaro Dias e Fernando Gama, nossos representantes na Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do expediente.

— Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 06/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, através da Divisão Nacional de Câncer e o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, objetivando coleta de dados estatísticos sobre casos de neoplasmas malignos. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 37/75, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública e a Central de Medicamentos — CEME, órgão da Presidência da República, visando a distribuição de produtos farmacêuticos à população de baixo poder aquisitivo. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 44/75, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde Pública com o Instituto do Câncer da cidade de Londrina, visando implementação de programa de combate ao câncer, conforme especifica. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 119/74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S/A, os lotes de terreno nºs 4 e 5 da quadra 38 da planta da cidade de Itapejara do Oeste. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 04/75, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a av. Munhoz da Rocha Neto, que liga a sede do município de Santo Antonio da Platina ao povoado de Platina. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 59/75, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAIRA, com sede e foro no município de Guaira. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 64/75, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO COMUNITÁRIA IRATIENSE, com sede na cidade de Irati. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 93/75, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL, Sociedade Civil, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

VOTAÇÃO REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 98/75, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO FARID SURUGI, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. MARINA MACEDO KUJAWA. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ROLAND FRAHM. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam determinadas vistorias e posteriores reformas e construção de salas de aula para 1º e 2º graus, na sede do distrito de Santa Lúcia, município de Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando sejam encaminhadas sugestões ao Sr. Governador do Estado, reivindicando instalação de serviço telefônico no município de Cândido de Abreu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual DJALMA ROCHA ALCHUEYR ocorrido no Rio de Janeiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações e regozijo ao Delegado Dorval de Macedo Simões, pela sua designação e posse como Titular da Delegacia Especializada de Homicídios da Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que conceda dispensa de frequência, nos dias 8 a 15 de dezembro próximo, aos funcionários que desejarem e comprovadamente participarem do I Congresso Brasileiro de Alcoolismo e Drogas, a realizar-se em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine providências para a manutenção do abono de 10 por cento sobre os vencimentos dos servidores públicos estaduais e que foi descontado no aumento concedido em dezembro do ano passado. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — A Mesa anuncia que recebeu em data de hoje, o Projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 76.

O SR. DENI SCHWARTZ — Apenas uma recomendação da Comissão de Orçamento.

É que as emendas deverão ser apresentadas ao Projeto de Orçamento Plurianual, se não me falha a memória, até a data de amanhã.

Mas me parece que está havendo o seguinte.

Recebemos agora o Orçamento para 76, se houver emendas ao mesmo, haverá alteração no Plurianual. Parece-nos que os prazos para as emendas deveriam ocorrer paralelamente.

Pediria, Sr. Presidente, a prorrogação do prazo para Emenda no Plurianual.

O SR. PRESIDENTE — A prorrogação será fixada no prazo de dez dias após a distribuição dos avulsos que serão entregues aos Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ — O pedido é feito porque parece seria interessante analisar a proposta do Orçamento Plurianual juntamente com a proposta de orçamento para o ano de 76. São duas peças que deveriam ser entregues à Comissão de Orçamento para análise em conjunto. É o pedido, uma vez que po-

derão aparecer emendas ao Orçamento de 76, a serem incluídas no Projeto, e sobre esta matéria, teremos somente três dias para apresentá-las.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão de Orçamento já fixou a data para apresentação de emendas. No entanto, a Mesa com a aprovação da Casa, e o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, vão estudar a possibilidade de ampliação do prazo para apresentação de emendas à proposta do Orçamento Plurianual, paralelamente ao orçamento para o exercício de 76. Mas desde que haja realmente, interesse da Mesa e de toda a Casa, bem como da Comissão para que estas duas peças sejam estudadas e analisadas por todos os Srs. Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, só para colaborar, eu faria uma pergunta. De quando começa a decorrer este prazo, se a partir do dia do recebimento ou do dia em que for publicado no Diário da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE — Dez dias após a distribuição dos avulsos que serão entregues aos Srs. Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Pelo Princípio do Código de Processo Civil, o prazo só começa a contar quando todas as partes estejam citadas, e como ainda alguns Srs. Deputados não receberam o exemplar do Orçamento Plurianual este prazo só começará a vigor no dia seguinte ao último, entregue, caso aplique-se este princípio. Era este o alerta que eu queria fazer como lembrança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, por informação de funcionário da Casa, responde a V. Exa. que as propostas foram colocadas em todas as caixas de correspondência dos Srs. Deputados.

O artigo 2º da Resolução 17/67, Capítulo IV, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação: "Artigo 2º : Durante 10 dias a contar da data da distribuição dos Avulsos, ficará ele na Comissão de Orçamento, aguardando apresentação de emendas".

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 30, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 56/75, 57/73 e dos Projetos de Lei nºs 48/75 e 74/75.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 58/75 e dos Projetos de Lei nºs 213/72 e 75/75.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 60/75 e do Projeto de Lei nº 77/75.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DE COMISSÕES:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PARECER AO PROCESSO Nº 5/73 VERBA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente processo refere-se a Prestação de Contas da aplicação da Verba de Assistência Social — Consignação 3.2.1.0 sub-consignação 3.2.1.6.1, distribuídas pelos Senhores Deputados às entidades abaixo discriminadas, conforme o que reguenta a Resolução nº 19/69, de 19 de agosto de 1969.

Contas nºs 4713/73, 7603/72 e 328/73, do Centro de Assistência e Promoção Social de Uraí. Contas nºs 9445/72 e 7100/73, das Obras Sociais e Culturais Felicianas — Colégio Nossa Senhora da Assunção de Curitiba. Contas nºs 11211/73 e 11860/73, do Instituto de Educação do Paraná — Secretaria de Educação e Cultura. Conta nº 2487/74 e 3287/74, da Casa do Estudante Universitário Pontagrossense de Ponta Grossa. Conta

nº 3039/74, da Escola Municipal "Corveta Camaquã" da cidade de Londrina. Conta nº 2355/73, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Quitandinha. Conta nº 10441/73, da Casa Escolar São José de Rebouças. Conta nº 4678/73, da Casa Escolar de Florestal. Conta nº 8007/73, da Associação Paranaense da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Curitiba. Conta nº 3249/73, da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Campo Mourão. Conta nº 7949/72, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Cornélio Procopio. Conta nº 8194/72, da Associação dos Professores do Paraná, Curitiba. Conta nº 3130/72, da Paróquia do Imaculado Coração de Maria de Curitiba. Conta nº 3177/73, das Obras Sociais da Paróquia de Tomazina. Conta nº 5540/73, do Ginásio Estadual de Santa Mônica — Santa Isabel do Ivaí. Conta nº 5676/73, da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tijucas do Sul. Conta nº 5864/73, da Associação das Senhoras de Rotarianos de Paranavaí. Conta nº 5880/73, da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba. Conta número 6474/73, da Santa Casa de Paranavaí. Conta nº 6387/73 do Externato Santa Terezinha de Sertãoópolis. Conta nº 6567/73, da Associação de Pais e Metres do Grupo Escolar Professor Brandão de Curitiba. Conta nº 7126/73, do Instituto João XXIII, de Curitiba. Conta nº 7372/73, do Sindicato dos Carregadores de Café e Arrumadores de Arapongas. Conta nº 7194/73, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mandaguari. Conta nº 7091/73, da Paróquia de Senhor Bom Jesus de Marumbi. Conta nº 7032/73, da União Brasileira dos Travadores de Ponta Grossa. Conta nº 7540/73, da Sociedade Recreativa e Esportiva "Vera Cruz", Vera Cruz do Oeste. Conta 7572/73, do Grupo Escolar Tancredo Martins de Irati. Conta 7872/73, da Inspeção Auxiliar de Ensino de Quitandinha. Conta 7702/73, da Associação Feminina de Amparo ao Recém-nascido de Curitiba. Conta nº 7624/73, do Tempo Místico Luz dos Santuários de Curitiba. Conta 7596/73, da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Curitiba. Conta 8449/73, do Diretório Acadêmico Francisco M. Albizu, de Curitiba. Conta 8342/73, da Igreja Matriz São João Batista de Contenda. Conta 8634/73, da Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva de Curitiba. Conta 8787/73, da Igreja Presbiteriana de Santa Isabel do Ivaí. Conta 9067/73, da Polícia Militar do Estado do Paraná, Curitiba. Conta 11754/73, do Instituto Adventista Paranaense de Curitiba, Conta 11821/73, do Albergue Noturno da Casa de Caridade São Vicente de Paulo de Joaquim Távora. Conta nº 11486/73, da Escola Normal Colegial Dr. Washington Luiz, de Rebouças. Conta 12180/73, da Prefeitura Municipal de Curitiba. Conta nº 12528/73, da Mansão Bezerra de Menezes de Ponta Grossa. Conta 12902/73, da Fundação Hospitalar do Paraná — Caixa Beneficente — Hospital São Roque do Piraquara. Conta 11351/73, da Sociedade Cultural Beneficente Ahú de Baixo, Curitiba. Conta 12939/73, da Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados de Ponta Grossa. Após estudar minuciosamente o processo em tela, esta Comissão de Tomada de Contas, chegou a conclusão que a distribuição feita, está de acordo com o que determina a legislação vigente, bem como a aplicação obedece o disposto na já citada Resolução, estando portanto em perfeitas condições de serem aprovadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

a)

PORTARIA Nº 526/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9566, de 22 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a SIOMARA LOPES GOMIDE, ocupante do cargo de Taquígrafa, nível PL 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 524/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

transferir as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para o período compreendido entre 1º a 30 de dezembro do corrente ano:

ALSTON XAVIER DA SILVEIRA
ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA NETO
BELKIS FERNANDES
CELINA BIANCHI
ELIO DUARTE DIAS
EMA ELY ATANASIO RUPP
PAULO CESAR PINHO DUBOC
MARIA ALBA MENDES SILVA GASTÃO B. XAVIER
ODIR GOMES DA ROCHA

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 528/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

antecipar, as férias concedidas a WILFRED KOESTER, funcionário Contratado deste Poder Legislativo, pela Portaria número 497/75, de 11 de setembro de 1975, para a partir de 15 de outubro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 529/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9357, de 17 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, CRONGE COUTINHO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSORIO VALTER PIETRÂNGELO.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – diretor geral

PORTARIA Nº 530/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9708, de 25 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, a partir de 23 de setembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 518/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9609, de 23 de setembro de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 173/75, a BELMIRO MARTINS, ocupante do cargo de Oficial Legislativo nível PL-23, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 519/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9597, de 23 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar PAULO VERGILIO SAVARIN, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ADALBERTO DAROS, até 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 520/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9572, de 22 de setembro de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria 233/75, a MARIA HERCILIA CAMARA CONTER, ocupante do cargo de nível PL-23, de Oficial Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 521/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolados sob o nº 9458, de 19 de setembro de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 172/75, a MAURÍCIO GONÇALVES, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL 18, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25 de setembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral